

FILIPE NYUSI TOMA POSSE PARA SEGUNDO E ÚLTIMO MANDATO PRESIDENCIAL

Qual é a Visão para o Desenvolvimento Democrático e Socioeconómico de Moçambique, senhor Presidente?

Cinco anos depois, Filipe Nyusi voltou à Praça da Independência na quarta-feira para a sua investidura ao cargo de Presidente da República. Na inauguração do segundo e último mandato, era expectável que o Presidente da República apresentasse um discurso mobilizador, com uma visão estratégica de governação democrática e desenvolvimento socioeconómico, incluindo o principal desafio que ele mesmo se coloca nestes cinco anos e a imagem do país que gostaria de deixar em 2024.

Mas esteve muito longe disso. Nyusi focou-se nas acções que pretende desenvolver em vários sectores, fazendo o seu discurso de tomada de posse parecer uma apresentação de um plano anual de actividades. São muitas realizações que se propõe realizar, mas quais são os termos de referência da República para os próximos cinco anos? O discurso incluía momentos de avaliação do mandato, onde o Presidente da República reivindicava resultados positivos no desempenho económico. Mas um relatório do Ministério da Economia e Finanças divulgado em Outubro de 2019, indica que a pobreza aumentou entre 55 e 60% desde 2015, o que significa que mais da metade dos moçambicanos são pobres.

No capítulo sobre democracia, Nyusi reeditou as promessas que fez em 2015, quando tomou posse para o primeiro mandato. Defesa da liberdade de expressão e promoção de um debate livre de ideias, respeito e valorização do pensamento diferente, governação inclusiva e combate à intolerância política são algumas promessas recuperadas do discurso feito há 05 anos.

Trata-se de promessas não cumpridas no quinquénio 2015-2019, um dos mais violentos desde as primeiras eleições de 1994. Basta lembrar as graves violações dos Direitos Humanos, através de exclusão política e social, assassinatos, raptos e torturas de activistas que manifestavam um pensamento diferente.



Nyusi ainda não tinha três meses na Presidência quando o constitucionalista Gilles Cistac foi assassinado a tiro na cidade de Maputo. Nessa altura, Cistac era um dos poucos académicos que defendia que a Constituição da República acomodava a criação de autarquias de nível provincial, uma exigência de Afonso Dhlakama depois das eleições de 2014.

Foi também no primeiro mandato de Nyu-

si em que analistas e defensores dos Direitos Humanos foram raptados e torturados: Jaime Macuane (Maio de 2016) e Ericino de Salema (Março de 2018). Já no ano passado, o activista Anastácio Matavel foi morto a tiro na Cidade de Xai-Xai por um esquadrão constituído por efectivos das Forças de Defesa e Segurança. Foi o primeiro caso de assassinato de um activista e observador eleitoral em plena campanha para as elei-

ções gerais.

No último dia de 2019, o jornalista e director executivo do Canal de Moçambique, Matias Guente, foi arrastado da sua viatura e torturado por três indivíduos armados. Tal como os outros casos de violação dos Direitos Humanos ocorridos no mandato de Nyusi, a tentativa de rapto do jornalista que edita o semanário mais crítico do governo da Frelimo ainda não foi esclarecida.

Primeiro ciclo de governação: ruptura com o “Guebuzismo”?

Em Janeiro de 2015, Filipe Nyusi tomou posse num contexto político e sócioeconómico atípico: havia uma indignação generalizada contra a governação de Armando Guebuza. Milhões de moçambicanos revoltados perante o enriquecimento da família presidencial e da elite da Frelimo, o elevado custo de vida e a violação dos direitos fundamentais, como o direito à expressão.

Um dos exemplos ilustrativos da indignação popular contra a governação de Guebuza foi a humilhação que o então secretário-geral da Frelimo, Filipe Paúnde, sofreu no Mercado Janet, na capital do país. Na campanha eleitoral de 2014, Paúnde foi vaiado pelas vendedeiras do Mercado Janet, quando tentava convence-las a votar na Frelimo e no seu candidato presidencial.

No fundo, as senhoras do Mercado Janet usaram Paúnde para mandar uma mensagem contra Guebuza, cuja imagem tinha caído no descrédito.

Uma das razões para a impopularidade do então Estadista foi a institucionalização do famoso G40, um grupo de 40 pessoas escolhidas pelo partido para monopolizarem o debate político nos órgãos públicos de informação (RM, TVM e jornal Notícias).

Perante o sentimento de revolta, Nyusi fez do seu discurso inaugural uma resposta às grandes questões que se impunham no momento. Não foi por acaso que sempre reclamou que estava a inaugurar um novo ciclo de governação, uma tentativa clara de



demarcar-se de Guebuza e, ao mesmo tempo, de responder aos problemas que a opinião pública levantava sobre a governação do seu antecessor.

Provavelmente, o novo Presidente não tinha compreendido o alcance do seu discurso, mas o que mais lhe interessava no momento era marcar uma ruptura com tudo quanto representasse a governação de Guebuza. Ou seja, o mais importante era dizer aquilo que as pessoas de dentro e de fora do

partido queriam ouvir naquele momento, depois do tanto esforço que fizeram para travar Guebuza e a sua esposa na luta pela manutenção do poder político.

Um ano antes de terminar o segundo mandato, Guebuza continuava em “velocidade de cruzeiro” e não dava sinais de que iria abandonar o poder em menos de dois anos. Além de viagens pelo estrangeiro, Guebuza continuava a fazer nomeações de titulares dos órgãos da administração da Justiça.

Do combate ao “Guebuzismo” à falta de projecto político de governação

No seu “novo ciclo de governação”, Filipe Nyusi dedicou-se exclusivamente a combater a influência de Armando Guebuza dentro do partido e do próprio Estado. Logo cedo demonstrou ser um Presidente sem ideias claras de governação, seu estilo de liderança não inspirava confiança e precipitou o desgaste institucional. O requinte institucional ao estilo de Guebuza caiu em

desuso e o informalismo tomou conta da gestão do Estado.

Aos poucos, Nyusi foi usando o escândalo das dívidas ocultas como justificação para o seu péssimo desempenho. Apesar de ele mesmo estar implicado no esquema fraudulento (foi citado no julgamento de Nova Iorque como tendo recebido um milhão de dólares), Nyusi deu luz verde à Procurado-

ria-geral da República para prender a elite próxima do antigo Estadista envolvida no maior escândalo financeiro do país e do continente pós-independências.

A detenção de Ndambi Guebuza foi a expressão mais alta da ruptura de Nyusi com Guebuza. Não foi por acaso que na quarta-feira o antigo Estadista disse à imprensa que uma das coisas que espera do segun-

do mandato de Filipe Nyusi é que haja uma “justiça justa”. Um recado antecipado que visa influenciar o desfecho do primeiro processo sobre as dívidas ocultas que vai a julgamento ainda este ano.

Tal e como aconteceu nos últimos cinco anos, o Governo de Filipe Nyusi entra para o segundo mandato sem uma visão estratégica de governação e de desenvolvimento. O discurso inaugural feito de realizações a retalho e de promessas populistas desenhadas de uma visão futurista mostram que Moçambique vai continuar a reboque do Investimento Directo Estrangeiro nos

sectores mineiro e de hidrocarbonetos.

O término do segundo mandato de Nyusi coincide com o fim da Agenda 2025, uma visão nacional de longo prazo que integra opções estratégicas de desenvolvimento. Mas Filipe Nyusi não fez referência a este valioso documento nas suas intervenções, o que leva a crer que o seu programa quinquenal não passa de uma lista de realizações sem inspiração na Agenda 2025.

Na área financeira, Nyusi não apresentou nenhuma ideia para conter o endividamento público, cujo stock continua acima de 100% do Produto Interno Bruto. Por exemplo, até

Junho de 2019 a dívida pública interna situava-se em 160,4 biliões de meticais, uma subida de 10% em relação ao primeiro trimestre do ano e de 360% relativamente a 2015, primeiro ano do consulado de Nyusi. Apesar de insistir que este mandato é de “trabalho, trabalho, trabalho”, o Presidente da República ainda não apresentou a visão que deve nortear esse trabalho. Talvez por isso mesmo que um dia depois de tomar posse, Nyusi foi aprender a jogar golfe, numa clara demonstração de que o trabalho de que tanto fala é algo ocasional.

GOVERNO INCOMPLETO DE NYUSI JÁ TOMOU POSSE

Escolhas consistentes com a falta de visão estratégica de desenvolvimento ou Governo para extracção?

Filipe Nyusi demorou 48 horas para anunciar um Governo incompleto: um primeiro-ministro e 17 ministros. Cinco ministérios ainda não têm titulares, além dos vice-ministros que ainda não foram indicados.

A demora no parto contrasta com a declaração que o Presidente da República fez no almoço alusivo à sua investidura: “Sou imune a todas as pressões”. No fundo, a mensagem era dirigida para a Comissão Política da Frelimo, o órgão que dias antes tinha chumbado as escolhas de Nyusi para a presidência da Assembleia da República (Basílio Monteiro e Carlos Agostinho do Rosário).

O “parto pélvico” do Governo mostra que Nyusi não é independente nas escolhas que faz, pois nada justifica tanta demora. É preciso lembrar que a sua investidura aconteceu exactamente no dia em que o país assinalava três meses depois da realização das eleições.

Os resultados eleitorais foram apresentados no dia 27 de Outubro pela CNE, e no dia 23 de Dezembro foram validados pelo Conselho Constitucional. Ou seja, há mais de dois meses que Nyusi sabia que seria o Presidente da República, mas, depois da investidura, demorou 48 horas para formar um Governo incompleto.

A composição do novo Executivo não reflecte o “balneário de altíssima qualidade” anunciado por Nyusi. É difícil descortinar as razões que pesaram na escolha das pessoas para determinados ministérios, incluindo a sua movimentação para outros, como acon-

“

O “parto pélvico” do Governo mostra que Nyusi não é independente nas escolhas que faz, pois nada justifica tanta demora. É preciso lembrar que a sua investidura aconteceu exactamente no dia em que o país assinalava três meses depois da realização das eleições.

teceu com Carlos Mesquita e Carmelita Namashulua.

Sem uma visão estratégica de governação e desenvolvimento apresentada pelo próprio Presidente da República, fica ainda mais difícil avaliar se as escolhas são as mais acertadas para cada sector. Na verdade, parece que o novo Governo é consistente com a falta de uma visão estratégica de desenvolvimento do país.

Mas a fórmula de “clube de amigos” e de um primeiro-ministro para não fazer sombra se mantém. Algumas peças fundamentais do Executivo mostram claramente que o critério amizade esteve presente nas escolhas de Filipe Nyusi: a recondução de João Osvaldo Machatine para as Obras Públicas e Habitação e de Max Tonela para os Recursos Minerais e Energia; a movimentação de Carlos Mesquita para a Indústria e Comércio; e de Celso Correia para a Agricultura e Desenvolvimento Rural.

No fundo, a movimentação de Celso Correia, o “superministro” de Nyusi, implicou duas coisas. Primeiro, a decisão de alocar 10% do Orçamento do Estado para a Agricultura, anunciada pelo Presidente na sua tomada de posse e na investidura do Governo. Segundo, esvaziar o antigo ministério de Celso Correia, retirando o Desenvolvimento Rural para o sector da Agricultura. Assim, Celso Correia volta a dirigir um “superministério”, uma reedição do que aconteceu no último mandato, mas desta vez perde o contacto directo com a indústria extractiva.

O estratega da campanha eleitoral e da vitória de Nyusi certamente queria uma posição de maior visibilidade e acesso directo aos recursos, mas não pode se queixar de não ter sido compensado. Bem vistas as coisas, Celso Correia continuará a reinar no segundo e último mandato de Nyusi.

É que para além do aspecto acima referido – criação do “superministério” da Agricultura e Desenvolvimento Rural – outra questão

interessante na composição do novo Governo é a existência de duas ministras que trabalharam com Celso Correia no extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. Uma situação sintomática da influência de Celso Correia nas decisões de Filipe Nyusi.

Trata-se de Augusta Maíta, a nova ministra do Mar, Águas Interiores e Pescas. Em 2016, Augusta Maíta foi a primeira PCA do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), instituição que era tutelada por Celso Correia. Durante o primeiro mandato de Nyusi, o FNDS fez injeções financeiras para instituições e empresas públicas que

estavam em dificuldades de operar.

Outra ministra que trabalhou com Celso Correia é Ivete Maibaze, empossada para a pasta da Terra e Ambiente. Durante o último mandato, ela foi directora nacional do Ambiente no ministério dirigido por Celso Correia. Para além destas ministras, João Osvaldo Machatine, ministro das Obras Públicas e Habitação, foi trabalhador de Celso Correia na defunta INSITEC.

Portanto, a governação de Filipe Nyusi vai girar em torno de Celso Correia que passa a controlar os principais ministérios económicos do Estado moçambicano. Vale recordar que o Ministério da Terra, Ambiente e De-

envolvimento Rural foi a vaca leiteira do primeiro mandato de Nyusi. O CDD pensa que antes da sua extinção devia se realizar uma auditoria independente a este ministério.

Verónica Macamo e Margarida Talapa são dois grandes nomes da Frelimo no Governo. Apesar de ocuparem posições importantes, elas têm pouca margem para travar uma possível governação extractiva. No mandato passado, Adriano Maleiane desempenhou relativamente bem este papel de proteger as finanças públicas do saque, mas com pouco sucesso devido à forçada autonomia dos sectores para contraírem empréstimos, muitas vezes ao arrepio da lei.

GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZADA: "DESDEMOCRATIZANTE", "RECENTRALIZADORA" COM ELEVADO POTENCIAL DE CAOS INSTITUCIONAL

Assembleias Provinciais já tomaram posse

Tomaram posse, na sexta-feira, os membros das Assembleias Provinciais eleitos nas eleições de 15 de Outubro de 2019. Em sessões dirigidas pelos Juízes Presidentes dos Tribunais Judiciais das respectivas províncias, foram eleitos os presidentes de cada Assembleia Provincial, incluindo o 1º e o 2º vice-presidente.

A Frelimo indicou o presidente e o 1º vice-presidente em todas as 10 Assembleias Provinciais e a Renamo indicou o 2º vice-presidente, à excepção de Gaza, onde está representado por apenas um membro. O MDM fez eleger apenas 10 membros em todo o país, por isso não tem assento na direcção das Assembleias Provinciais e nem está em

condições de constituir uma única bancada. Para a formação de uma bancada na Assembleia Provincial, o partido deve ter um mínimo de cinco membros. Com 628 membros eleitos, a Frelimo terá bancadas nas 10 Assembleias Provinciais, enquanto a Renamo, com 156 membros eleitos, só não terá bancada em Gaza.

PROVÍNCIA	PARTIDO	ASSENTOS	GOVERNADOR ELEITO
Niassa	Frelimo Renamo MDM	46 14 0	Elina Judite Massengele
Cabo Delgado	Frelimo Renamo MDM	66 16 0	Valige Tauabo
Nampula	Frelimo Renamo MDM	63 31 0	Manuel Rodrigues Alberto
Zambézia	Frelimo Renamo MDM	69 23 0	Pio Augusto Matos
Tete	Frelimo Renamo MDM	65 17 0	Domingos Juliase Viola

PROVÍNCIA	PARTIDO	ASSENTOS	GOVERNADOR ELEITO
Sofala	Frelimo	60	Lourenço Ferreira Bulha
	Renamo	13	
	MDM	08	
Manica	Frelimo	63	Francisca Domingos Tomás
	Renamo	17	
	MDM	0	
Inhambane	Frelimo	54	Daniel Francisco Chapo
	Renamo	06	
	MDM	0	
Gaza	Frelimo	81	Margarida Mapanzene Chongo
	Renamo	01	
	MDM	0	
Maputo	Frelimo	61	Júlio José Parruque
	Renamo	18	
	MDM	02	

Fonte: Compilação do CDD

Ainda não há data para a tomada de posse dos Governadores das Províncias

Após a tomada de posse, os cabeças-de-lista de cada província suspenderam os mandatos para permitirem a sua investidura ao cargo de Governador da Província, em cerimónia que será dirigida pelo Presidente da República. O artigo 51 da Lei 06/2019, de 31 de Maio, determina que o exercício da função de membro da Assembleia Provincial é

incompatível com o cargo de Governador da Província.

Além de dirigir e coordenar a execução das decisões do Conselho Executivo Provincial, compete ao Governador nomear e conferir posse aos directores provinciais; dirigir a preparação, execução e controlo do programa de governação descentraliza-

da; orientar a preparação e elaboração das propostas do plano económico e social e orçamento anual da governação provincial e do respectivo balanço de execução; e submeter, trimestralmente, à tutela os relatórios balanço da execução do plano e orçamento, após aprovação pela Assembleia Provincial.

Governação Descentralizada: “Desdemocratizante”, “Recentralizadora” com elevado potencial de Caos Institucional

A governação descentralizada provincial é uma resposta à velha exigência da Renamo que via no projecto a possibilidade de governar algumas províncias e, conseqüentemente, garantir a sua sobrevivência política através da distribuição de cargos públicos às elites locais do partido. Por isso, a Renamo condicionava a assinatura de acordos de paz definitiva à aprovação do projecto.

A Frelimo viabilizou a governação descentralizada provincial, mas precaveu-se de uma possível vitória da Renamo em algumas províncias. Por isso, esvaziou o projecto, introduzindo a figura de Secretário de Estado na Província, com poderes executivos e de governação política que, no passado, estavam com o Governador da Província. Na verdade, o Governador da Província e o

Conselho Executivo Provincial são um fantasma do que era o Governo Provincial até 31 de Dezembro de 2019. O poder real na província passa para o Secretário de Estado. O Secretário de Estado na Província é nomeado e empossado pelo Presidente da República, sendo responsável pela realização de funções exclusivas e de soberania do Estado; da superintendência e supervisão dos serviços de representação do Estado na província, no distrito, no posto administrativo, na localidade e na povoação. Um “arranjo legal” que a Frelimo encontrou para manter o controlo político sobre as províncias que poderiam “cair” na gestão da Renamo.

A Frelimo “ganhou” em todas as províncias, por isso o cenário que se desenhava

de disputa de poder entre o Governador de Província eleito pela Renamo e o Secretário de Estado na Província nomeado pelo Presidente da República será inexistente nos próximos cinco anos. O ponto central do conflito assenta no facto de que à semelhança do Conselho Executivo Provincial (dirigido pelo Governador da Província), a Secretaria de Estado na Província (dirigido pelo Secretário de Estado) também aprova o programa, o plano e o respetivo orçamento, e supervisiona a sua execução. Em outras palavras, a província passa a ter dois orçamentos.

Mas o CDD entende que, tal e qual acontece com os Planos Económicos e Sociais do Distrito (PESOD), ao nível de distrito, que são uma lista de intenções sem financiamento

(na verdade, na província acaba vigorando em termos de plano o que se orçamenta ao nível central), os planos dos Conselhos Executivos Provinciais serão uma lista de intenções, sem financiamento. Isto é, planos e orçamentos bonitos sem dinheiro.

Neste sentido, a recente legislação sobre a governação descentralizada é uma deturpação do conceito doutrinal de 'Secretário de Estado', cujas funções são historicamente de representação do Estado e não executivas, tal e como erradamente vai ocorrer em Moçambique, neste mandato.

Este figurino de governação descentralizada vai no sentido contrário ao aprofundamento da democratização e ainda no sentido contrário ao aprofundamento da própria descentralização, ou seja, 'desdemocratizante' e 'recentralizador'.

No processo de governação descentralizada, a 'desdemocratização' ocorre quando as pessoas são levadas a eleger órgãos que não têm poder real. Em outras palavras, são órgãos que, apesar de expressarem a vontade

popular e prestarem contas à população, não detêm os recursos e o poder para realizar as demandas dos eleitores. Isto significa que os Conselhos Executivos Provinciais firmaram um contrato social com os eleitores ao nível provincial, mas estão desprovidos de meios para a realização desse compromisso. Isto é "desdemocratizante".

Já a "recentralização" opera-se através do controlo, pelo governo central, dos recursos e do poder. É que apesar de aparentemente ter havido devolução do poder para o Conselho Executivo Provincial e Assembleia Provincial, os recursos mantêm-se sob controlo do governo central. Os Secretários de Estado prestam contas ao Presidente da República e podem ser uns ilustres desconhecidos pela população, pois a sua existência e governação na província não depende da vontade popular.

A governação descentralizada provincial pode desembocar num caos institucional, desde logo porque a legislação não esclarece quem vai ocupar o palácio provincial. O CDD defende a ideia de que deve ser o

Governador da Província a ocupar o palácio, pois o edifício representa o símbolo do poder na província e sempre foi ocupado pelo Governador.

Ademais, o Governador da Província vai tomar posse perante o Presidente da República, a quem irá jurar fidelidade, para além de respeitar a lei e a Constituição da República. Por seu lado, os membros da Assembleia Provincial foram investidos pelo Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província, o mais alto guardião do Estado na província. Por isso, é fundamentalmente errada a ideia de se colocar o Secretário de Estado acima do Governador da Província e dos membros das Assembleias Provinciais.

O CDD defende também a ideia de que os Secretários de Estado devem ser funcionários públicos de (no topo da) carreira, e não políticos ou empresários cooptados localmente. Por isso, quem deve receber o Presidente da República na província é o Governador e não o Secretário de Estado, que é um funcionário público.



INFORMAÇÃO EDITORIAL

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: João Nhabanga Tinga
Autor: João Nhabanga Tinga

Equipa Técnica: João Nhabanga Tinga, Agostinho Machava, Ilídio Nhamumbo, Denise Cruz, Isabel Macamo.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

CDD Centro para Democracia e Desenvolvimento

🐦 CDD_eleicoes | ✉ E-mail: info@cddmoz.org | 🌐 Website: www.cddmoz.org/eleicoes

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



COUNTERPART INTERNATIONAL



Schweizerische Eidgenossenschaft
 Confédération suisse
 Confederazione Svizzera
 Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO